

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ANÁLISE Indefinições sobre vice agitam corrida eleitoral na Bahia

 www.atarde.com.br/politicaGABRIELA ARAÚJO E
REDAÇÃO

A venda do terreno do antigo Centro de Convenções da Bahia, no bairro do Stiep, em Salvador, deve avançar definitivamente nesta quarta-feira, após acordo firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura que encerrou o impasse jurídico responsável por travar o processo durante quase uma década. A expectativa é que a Secretaria da Administração do Estado (SaeB) publique o edital de leilão do espaço ainda hoje.

A etapa é considerada decisiva para viabilizar a transferência do imóvel à iniciativa privada e definir o novo destino de uma das áreas mais extensas e valorizadas da capital baiana. O governo estadual trata o lançamento do edital como o marco final de um processo que se arrastava desde o desabamento parcial da estrutura, em 2016.

O entrave foi solucionado após entendimento entre a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Procuradoria-Geral do Município de Salvador (PGMS). O acordo permitiu superar pendências legais que impediam o avanço da alienação do terreno.

A disputa judicial envolvia um estacionamento integrado ao complexo do antigo equipamento, mas cuja titularidade pertence ao município. A indefinição sobre essa área inviabilizava juridicamente a inclusão completa do imóvel no processo de venda.

As negociações para desativar o impasse ganharam força ao longo do último

INFRAESTRUTURA Entendimento entre governo do Estado e prefeitura de Salvador encerra disputa judicial e permite lançamento do leilão da área

Acordo destrava venda do antigo Centro de Convenções

Raul Spinassé / Ag. A TARDE / 26.9.2016



Durante décadas, o equipamento sediou eventos de grande porte e atividades ligadas ao turismo de negócios

ano. Em agosto, o governador Jerônimo Rodrigues (PT) e o prefeito Bruno Reis (União Brasil) iniciaram tratativas diretas voltadas à construção de uma solução administrativa comum.

A aproximação institucional abriu caminho para ajustes técnicos entre as equipes jurídicas das duas

gestões. A partir dessas reuniões, foi possível estabelecer um modelo que garantisse segurança legal tanto ao Estado quanto ao município.

Com o conflito superado, caberá à SaeB conduzir o leilão público e estabelecer as condições definitivas da concorrência. O certame deverá

atrair investidores interessados no potencial imobiliário e econômico da região.

Avaliação realizada pela Caixa Econômica Federal fixou o valor mínimo do terreno em R\$ 141 milhões. A expectativa do governo estadual, contudo, é de que o montante seja ampliado durante a disputa entre os par-

Terreno foi avaliado em R\$ 141 milhões pela Caixa Econômica Federal

ALIANÇA

Psolistas ainda avaliam federação com PT na Bahia

ANE CATARINE

A possibilidade de formação de uma federação entre o Psol e o PT enfrenta resistência entre lideranças do Psol na Bahia, diante do receio de perda de autonomia no Estado. A direção nacional do partido deve discutir o tema no próximo sábado, quando definirá o posicionamento da sigla para os próximos anos.

Presidente do PSOL na Bahia e pré-candidato ao governo estadual, Ronaldo Mansur afirmou que “a junção não é viável em âmbito estadual”, embora tenha ressaltado que a decisão final cabe à direção nacional. Caso a federação avance, a candidatura própria da legenda ao Palácio de Ondina pode ser revista em função do apoio à reeleição do governador Jerônimo Rodrigues (PT).

O pré-candidato a deputado estadual Kleber Rosa tam-

ticipantes do leilão.

Segundo o secretário da Administração, Rodrigo Pimentel, os recursos arrecadados não serão destinados exclusivamente ao Estado. Parte do valor será repassada ao município de Salvador, conforme previsto no acordo firmado entre as partes.

O modelo adotado busca encerrar definitivamente a controvérsia patrimonial envolvendo o espaço e evitar novos questionamentos judiciais após a venda. A divisão dos recursos foi apontada como elemento central para viabilizar o entendimento.

A empresa vencedora do leilão ficará responsável pela desmontagem das estruturas remanescentes do antigo centro de convenções. Também caberá ao futuro proprietário realizar a destinação dos equipamentos e materiais ainda existentes no local.

As exigências integram o conjunto de obrigações previstas para permitir a requalificação urbana da área. A expectativa é que o espaço volte a receber investimentos após anos de abandono.

Construído em 1979, o Centro de Convenções da Bahia ocupava uma área total de 153 mil metros quadrados, com cerca de 57 mil metros quadrados de área construída. Durante décadas, o equipamento sediou eventos de grande porte e atividades ligadas ao turismo de negócios.

Após o desabamento parcial registrado em setembro de 2016, o imóvel permaneceu sem utilização. Desde então, o terreno passou a acumular estruturas deterioradas.

COMENDA 2 DE JULHO

Luciano Souza será homenageado

DA REDAÇÃO

O tributarista baiano Luciano Sousa será homenageado no próximo dia 27 de março com a Comenda 2 de Julho, por proposição do deputado Roesemberg Pinto, líder do governo. Trata-se da mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), em reconhecimento a uma trajetória de mais de 38 anos dedicada à modernização do sistema tributário brasileiro, ao fortalecimento institucional do Fisco e à promoção do desenvolvimento econômico da Bahia.

Para Luciano, a homenagem simboliza o reconhecimento de uma trajetória construída com foco institucional e visão de longo prazo. “Receber a Comenda 2 de Julho é uma honra que compartilho com todos os profissionais e instituições com quem tive a oportunidade de trabalhar em prol do fortalecimento fiscal e do desenvolvimento da Bahia e do Brasil.”

Com carreira construída na interseção entre política fiscal, tecnologia e gestão pública, Luciano participou de iniciativas estruturantes da administração tributária nacional. Na Receita Federal, integrou o processo de implantação do cadastro único de contribuintes — hoje conhecido como CNPJ — e colaborou em iniciativas que deram origem à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e ao modelo de integração de informações entre fiscos que evoluiu para o SPED, pilares da digitalização fiscal no país.

Ao longo da trajetória no setor público, ocupou posições estratégicas como assessor especial do Secretário da Receita Federal, secretário-adjunto da Fazenda Estadual e gerente-executivo tributário da Petrobras. Também representou a Bahia em fóruns como o CONFAZ e a COTEPE/ICMS, participando de debates sobre harmonização tributária e reforma fiscal.



Divulgação

Tributarista será laureado pela Assembleia

No plano estadual, participou da estruturação do Programa Desenvolve, instrumento de política industrial da Bahia, além de atuar na construção de condições fiscais que contribuíram para a atração de investimentos produtivos, incluindo projetos vinculados à montadora Ford e a outros segmentos industriais.

mentos industriais.

Após a passagem pelo setor público, fundou a LEX, empresa que introduziu no mercado brasileiro o conceito de tecnologia tributária, combinando inteligência fiscal e tecnologia da informação para ampliar eficiência e segurança regulatória. A estratégia resultou na criação da ALL TAX PLATFORM, joint venture tecnológica com SAP e Agile Solutions, na qual atua como sócio e co-CEO.

Luciano também acumulou experiência junto a organismos multilaterais, tendo atuado como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, e como especialista convidado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para apoiar a implementação do Value Added Tax (VAT) na Guiné-Bissau.

A cerimônia de entrega ocorrerá em 27 de março, na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador.

TCM-BA

Compra de ventiladores para escolas de Araci levanta suspeita

RODRIGO TARDIO

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) notificou a prefeita de Araci, no nordeste do estado, Maria Betivânia Lima da Silva, a Keinha (PDT), para apresentar defesa em até 20 dias sobre supostas irregularidades na dispensa eletrônica nº DE026/2025, destinada à compra de ventiladores para unidades da rede municipal de ensino.

O processo foi admitido

após representação da empresa Adilson Pneus Ltda, que questiona a legalidade da contratação direta realizada pela gestão municipal. Segundo a denúncia, a empresa vencedora, Delta Empreendimentos Ltda, teria apresentado proposta sem prazo de validade exigido no edital.

A prefeitura manteve a proposta ao classificar a falha como “vício sanável”, com base no princípio do formalismo moderado, mas a acusação aponta ausência

de justificativa técnica suficiente para sustentar a decisão administrativa. A empresa também foi incluída no processo e deverá se manifestar no mesmo prazo estabelecido pelo tribunal.

Caso confirmadas, as irregularidades podem resultar em sanções administrativas e eventuais desdobramentos jurídicos. A Prefeitura de Araci não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

IRREGULARIDADES

Ex-prefeito de Jacobina terá que devolver R\$ 2,5 milhões à União

RODRIGO TARDIO

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-prefeito de Jacobina, Tiago Dias (PSDB), a devolver mais de R\$ 2,5 milhões aos cofres federais por irregularidades na aplicação de recursos recebidos após decreto municipal de emergência em janeiro de 2023.

A decisão ocorreu em Tomada de Contas Especial aberta após a ausência de prestação adequada das ver-

bas federais repassadas ao município. Além do ressarcimento integral, o Tribunal aplicou multa de R\$ 290 mil ao ex-gestor. Embora ainda caiba recurso, foi determinada a devolução imediata dos valores diante da gravidade das falhas apontadas pelos auditores.

O processo identificou inconsistências entre dados apresentados pela prefeitura para obtenção dos recursos e registros oficiais. A gestão informou que as

chuvas teriam deixado 4.400 desaparecidos e atingido cerca de 15 mil moradores, números sem confirmação junto à Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil local.

Para o TCU, mesmo em situações emergenciais, permanece a obrigação de transparência, controle rigoroso e comprovação do uso correto de recursos públicos, especialmente em repasses feitos em caráter excepcional.